

APRESENTAÇÃO*

**RBEP**

Este número da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) é o primeiro de 2007, quando o Inep inicia as comemorações de seus 70 anos. Criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, com a missão de "realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos", as atividades só tiveram início em 30 de junho de 1938. Em muitas circunstâncias, a história do Inep se confunde com a história da educação brasileira no século passado. Por ele passaram alguns dos mais brilhantes pensadores e formuladores de política educacional de nosso País.

Durante sua trajetória, ainda que intercalada por fases de grande projeção – quando se colocou no centro de debates fundamentais para definir os rumos da política educacional – e de declínio e quase extinção, o Inep consolidou-se como uma referência na área de estudos, pesquisas, levantamentos, estatísticas, indicadores e avaliação. Uma análise retrospectiva revela notável correspondência entre os períodos de proeminência e decadência e os ciclos democráticos e autoritários que se alternaram desde a sua fundação. Claramente, o Inep prosperou na democracia e definhou durante a ditadura, chegando a uma situação de quase irrelevância ao final do regime militar instalado em 1964.

Surgido sob a inspiração do movimento que gerou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que advogava entre outras medidas a implantação de uma nova política educacional, "com sentido unitário e de bases científicas", é possível perceber, conforme ressalta o professor Jader de Medeiros Brito, um dos mais antigos colaboradores do Inep, quatro grandes eixos norteadores de suas atividades:

* Esta apresentação valeu-se das idéias contidas no texto de José Carlos Rothen "O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP", publicado no número 212 da RBEP, edição especial 60 anos, bem como de notas não publicadas de Jader de Medeiros Brito e Paulino Motter.

- a definição de políticas públicas para a educação brasileira;
- a assistência técnica às unidades da Federação;
- a estruturação de um sistema de documentação e intercâmbio educacional capaz de veicular a disseminação de informações, mediante um programa editorial;
- o desenvolvimento de uma política de estudos e pesquisas apta a embasar as políticas públicas adotadas.

Esses eixos, que predominaram segundo a orientação de seus vários dirigentes, se refletiram na linha editorial da RBEP, permitindo traçar um paralelo bastante nítido entre a instituição e seu principal veículo.

Lourenço Filho, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, fundador e primeiro diretor-geral do Inep (de 1938 a 1946), enfatizou a organização do sistema de documentação como base de um conhecimento mais científico do estado da educação e para a realização e disseminação de estudos e pesquisas. Em sua gestão, em 1944, surge a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, que se constituiu, já em seu primeiro número, em publicação oficial do Inep, com uma linha editorial independente das diretrizes do Ministério da Educação, assumindo o ideário que inspirou a criação da instituição e privilegiando temas práticos.

Murilo Braga, que sucedeu a Lourenço Filho (de 1946 a 1952), deu maior destaque à assistência técnica aos Estados, construiu escolas e desenvolveu programas de aperfeiçoamento do magistério. Em sua gestão, acompanhando as prioridades assumidas pelo Inep, a RBEP reduziu o número de artigos e trabalhos dedicados a temas práticos, enfatizando os dedicados à psicologia aplicada, na maioria das vezes elaborados sob encomenda dos editores.

O notável crescimento da instituição nas décadas de cinquenta e sessenta deve-se em grande medida à liderança de Anísio Teixeira, um dos próceres do Manifesto dos Pioneiros, que assumiu a direção-geral do Inep em junho de 1952, nele permanecendo até abril de 1964. Durante "os anos de Anísio Teixeira", como muitos se referem a esse período, o Inep privilegiou o desenvolvimento da pesquisa educacional e o conhecimento da realidade socioeducativa e cultural de cada região do País. Com esse objetivo, e para disseminar nacionalmente informações sobre a educação brasileira, Anísio criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), sediado no Rio de Janeiro, com ramificações em cinco Centros Regionais, instalados em São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Ao mesmo tempo, fortaleceu a RBEP, que assumiu o papel de disseminadora das informações processadas pela instituição, o pensamento de seu dirigente e do círculo de pensadores com os quais ele convivia e dialogava. Nas páginas da Revista, ganharam destaque nacional os debates sobre temas cruciais para a educação brasileira, como a campanha em defesa da escola pública, que reivindicava a implantação de uma política educacional de democratização do ensino e o acesso garantido a crianças e jovens de todas as classes sociais.

Afastado da direção do Inep pelo golpe militar de 1964, sua influência permaneceria ainda por alguns anos, já que os dirigentes que o sucederam

mantiveram praticamente inalteradas a equipe técnica e os programas prioritários. Digno de registro foi o empenho de Carlos Pasquale (1964-66) e Carlos Mascaro (1966-69), em dar continuidade à linha de trabalho de Anísio Teixeira. Esses esforços, no entanto, foram frustrados pelo crescente cerco e isolamento imposto pelo regime, que via o Inep como uma instituição "esquerdista e subversiva". A linha editorial da RBEP manteve-se fiel ao ideal da escola nova, refletindo a influência do pensamento de Anísio até finais da década de sessenta.

O recrudescimento do regime militar, a partir de 1968, e a conseqüente censura ao debate crítico em torno de idéias e conceitos que não seguissem o modelo oficial retiraram do Inep a importância que ele exercera até então no processo de formulação das políticas educacionais e levou-o à perda de prestígio e influência. O desmantelamento prosseguiu com a redução do seu escopo de atividades, transformando-o em órgão de fomento à pesquisa educacional e mero apêndice atrelado ao Ministério da Educação. A transferência para Brasília, em 1976, provocou uma drástica redução de sua equipe e de seu patrimônio. Durante a fase de declínio e desmonte, a RBEP tem dois números censurados e perde a periodicidade, sendo publicada irregularmente a partir de então.

A democratização do País encontra um Inep enfraquecido, que pouco tinha em comum com a vigorosa instituição de seus primeiros trinta anos. Esse período, no entanto, havia sido tão marcante, que persistia entre os educadores brasileiros o reconhecimento do relevante papel que ele desempenhara e a convicção de que esse *status* poderia ser recuperado nos novos tempos. Foi a mobilização da comunidade educacional que pressionou o Congresso para revogar o item da reforma administrativa do Governo Collor que extinguiu o Inep em março de 1990.

A aprovação da nova LDB (Lei nº 9.424, de 20 de dezembro de 1996) favoreceu a descentralização da gestão educacional, ao mesmo tempo em que fortaleceu o Ministério da Educação como formulador e coordenador das políticas nacionais. A LDB estabeleceu, também, a exigência de que a União, em colaboração com os sistemas de ensino, realizasse avaliações nacionais do rendimento escolar e dos estabelecimentos de ensino. O MEC delegou ao Inep a responsabilidade de desenvolver e coordenar os sistemas e projetos de avaliação, o que, somado à ênfase dada à organização e manutenção do sistema de informação e estatísticas educacionais, lhe permitiu recuperar posição de destaque no cenário nacional.

No entanto, da época em que foi criado até os tempos atuais, muitas transformações ocorreram no contexto educacional brasileiro. As universidades e centros de pesquisa capacitaram-se como geradores de conhecimento, desenvolvendo um sem-número de estudos e pesquisas. Elas têm formado pesquisadores de alto nível, com profícua produção na área educacional. Como conseqüência natural, novos periódicos especializados surgiram e se firmaram como importantes instrumentos de veiculação de idéias, teses e indagações.

Refletindo esse cenário, reorientamos a RBEP, evitando-lhe o papel de veículo dos projetos e programas do Inep e do Ministério da Educação.

Embora amparada pelo prestígio e credibilidade dessas instituições e pelo fato de estar na categoria A de publicações nacionais pelo programa Qualis da Capes, entendemos que a revista deva ser um veículo de disseminação da produção científica e acadêmica sobre questões educacionais significativas, apartidária e desvinculada dos interesses e orientações dos dirigentes da instituição.

Nesse sentido, esforços foram feitos para recuperar sua periodicidade, o que conquistamos no ano passado, e está em curso o projeto de edição *on-line* da RBEP, o que ampliará sua disseminação e reconhecimento. Inovações na política editorial devem ocorrer ainda este ano, dentro do processo de sua revitalização.

Com este número e os anteriores recentes, efetuamos algumas mudanças que tornaram seu conteúdo mais específico e restringiram o foco às pesquisas e aos "Estudos", principal seção da revista. Dessa forma, foram retiradas as seções "Avaliação", "Estatística", "Segunda Edição" e "Publicações Recebidas", a cargo do Inep. Por outro lado, foram retomadas as seções "Resenhas" e "Notas de Pesquisa", sem caráter fixo, abertas aos colaboradores. Quanto à forma, houve o retorno da revista ao formato livro, ao texto corrido em vez de colunas e à apresentação visual despojada e funcional.

Enfim, em tempos de Inep 70 anos, seu principal veículo dirigido à comunidade acadêmica, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, também se renova, para manter o espaço conquistado aos longo dos 63 anos em que vem sendo publicada.

Orosinda Maria Taranto Goulart
Diretora de Tratamento e Disseminação
de Informações Educacionais do Inep
Coordenadora-Geral do Comitê Editorial da RBEP